
O PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU, PARANÁ: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

THE PROTAGONISM OF RURAL EDUCATION IN THE CANTUQUIRIGUAÇU
TERRITORY, PARANÁ: ADVANCES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES

Ciências Humanas • 18/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784065008](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784065008)

Vitor de Moraes¹

RESUMO

Este artigo constitui uma abordagem acerca do protagonismo da Educação do Campo no Território Cantuquiriguaçu, Paraná, apresentando sua trajetória, avanços, desafios e perspectivas. A pesquisa evidencia o papel desempenhado pelos movimentos sociais populares do campo, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - *Campus* Laranjeiras do Sul, pelas secretarias municipais de educação e pelas organizações coletivas na construção de processos educativos articulados às demandas da classe trabalhadora camponesa, impulsionando experiências educativas inovadoras e articulações e diálogos necessários entre movimentos sociais, universidades e poder público. A abordagem é qualitativa, de natureza bibliográfica e com análise de documentos históricos. O referencial teórico está embasado na concepção de Educação do Campo, conceito cunhado pelo movimento nacional de Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Território Cantuquiriguaçu; Movimentos Sociais; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article presents analysis of the leading role of Rural Education in the Cantuquiriguaçu Territory, Paraná, outlining its trajectory, progress, challenges and prospects. The research highlights the role played by grassroots rural social movements, the Federal University of the Southern Frontier (UFFS) - Laranjeiras do Sul Campus, municipal education departments and collective organizations in constructing educational processes aligned with the demands of the peasant working class, here by fostering innovative educational experiences and the necessary coordination and dialogue among social movements, universities and public authorities. The approach is qualitative, of a bibliographic nature and involves the analysis of

historical documents. The theoretical framework is grounded in the concept of Rural Education, a term coined by the national Rural Education movement.

Keywords: Rural Education; Cantuquiriguaçu Territory; Social Movements; Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, no contexto brasileiro, emerge, como resultado histórico das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais populares do campo, especialmente aqueles vinculados à classe trabalhadora rural. Trata-se de uma concepção de educação construída coletivamente pelos sujeitos do campo, em contraposição ao modelo tradicional de educação rural historicamente marcado pela exclusão, pelo assistencialismo e pela negação de direitos sociais.

Nesse contexto, o Território Cantuquiriguaçu, localizado na região centro-sul do Paraná, destaca-se nacionalmente pela intensa articulação política e pedagógica em defesa da Educação do Campo. As experiências desenvolvidas no território foram construídas por meio da atuação conjunta de movimentos sociais, sindicatos, universidades, organizações populares e secretarias municipais de educação, constituindo-se como referência para a formulação e implementação de políticas públicas educacionais voltadas às populações camponesas.

O objetivo deste estudo consiste em analisar o protagonismo do Território Cantuquiriguaçu na construção histórica das políticas públicas de Educação do Campo, evidenciando os principais marcos políticos, organizativos e pedagógicos desenvolvidos entre os anos

2000 e 2017. Busca-se compreender de que forma os fóruns, seminários, projetos educacionais e articulações territoriais contribuíram para consolidar práticas educativas emancipadoras vinculadas às demandas da classe trabalhadora do campo.

Sua relevância reside na necessidade de registrar historicamente as experiências de luta e resistência desenvolvidas no território, contribuindo para o fortalecimento da memória coletiva da Educação do Campo e para o aprofundamento das discussões acerca das políticas públicas educacionais voltadas aos povos do campo. O referencial teórico está embasado na concepção de Educação do Campo, conceito cunhado pelo movimento nacional de Educação do Campo o qual será delineado no capítulo a seguir.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

Esta pesquisa está fundamentada em uma concepção que compreende a Educação do Campo como prática social, política, pedagógica, construída historicamente a partir das lutas dos povos do campo em defesa do direito à terra, ao trabalho, à cultura e à educação pública de qualidade. Diferentemente da tradicional educação rural, estruturada para atender aos interesses do desenvolvimento agrário capitalista, a Educação do Campo emerge como uma proposta formulada pelos próprios sujeitos do campo, articulando conhecimento científico, saberes populares, identidade, cultura e organização coletiva em uma interseccionalidade crítica por meio da luta de classe, buscando, compreender, entender as raízes estruturais e históricas e intervindo na realidade.

Segundo Caldart (2012), a Educação do Campo não representa apenas uma modalidade de ensino destinada às populações rurais,

mas um movimento histórico e político construído pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo na luta pela garantia de direitos. A autora demonstra que essa concepção educativa nasce das experiências organizativas dos movimentos sociais populares, especialmente aqueles vinculados à luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação das condições de vida das populações camponesas. Nesse sentido, a Educação do Campo compreende a escola como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento social, econômico, cultural e territorial.

Essa perspectiva rompe com concepções assistencialistas e compensatórias, historicamente destinadas às populações rurais, compreendendo a educação como direito humano fundamental e instrumento de emancipação social. A formação escolar deixa de ser concebida apenas como preparação para o mercado de trabalho, assumindo o compromisso com a formação humana integral, o fortalecimento das identidades coletivas e a valorização das múltiplas formas de produção da vida existentes nos territórios camponeses.

Essa compreensão dialoga com a análise de Ponce (2015), ao afirmar que a educação sempre esteve vinculada às formas de organização econômica e às relações de poder presentes em cada sociedade. Para o autor, os sistemas educativos refletem os interesses das classes dominantes, reproduzindo, muitas vezes, as desigualdades sociais. Sob essa perspectiva, compreender a Educação do Campo exige reconhecer que a escola constitui um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade e diferentes concepções de desenvolvimento.

Na mesma direção, Saviani (2013) defende que a educação escolar deve assegurar às classes trabalhadoras o acesso ao conhecimento científico produzido historicamente pela humanidade. Para ele, a democratização do conhecimento constitui condição indispensável para que os sujeitos compreendam criticamente a realidade e possam atuar na sua transformação. Essa compreensão fortalece os fundamentos da Educação do Campo ao defender uma formação crítica, articulada às condições concretas de existência dos povos do campo.

Freire (1987) também contribui significativamente para essa perspectiva ao compreender a educação como prática da liberdade. O autor afirma que o processo educativo deve partir da realidade vivida pelos educandos, promovendo o diálogo, a problematização da realidade e a construção coletiva do conhecimento. Esses princípios tornaram-se referências centrais para as experiências educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo, especialmente nas práticas de alfabetização, formação política e organização comunitária.

Conforme destacam Caldart (2012, 2021), Arroyo, Caldart e Molina (2011), Molina (2010, 2015) e Molina e Sá (2012), a Educação do Campo resulta diretamente da organização política dos movimentos sociais populares. Entre esses sujeitos coletivos destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), organizações indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais, sindicatos vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

e diversas organizações da agricultura familiar. Esses movimentos constituem os principais protagonistas da construção histórica da Educação do Campo, reivindicando políticas públicas capazes de garantir o direito à educação articulado às demais políticas de desenvolvimento rural.

Souza (2006, 2012) evidencia que esses movimentos sociais populares não atuam apenas na reivindicação de escolas, mas constroem processos educativos próprios, organizam experiências de formação de educadores, elaboram propostas curriculares, fortalecem identidades coletivas e produzem conhecimentos comprometidos com a transformação social. Para a autora, a Educação do Campo representa uma das expressões mais significativas da educação popular contemporânea, por articular formação humana, participação política e organização coletiva.

A consolidação da Educação do Campo como política pública intensifica-se a partir da década de 1990, especialmente após a realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em 1997, da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em 1998, e da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esses acontecimentos marcam a institucionalização das reivindicações históricas dos movimentos sociais, ampliando o diálogo entre sociedade civil organizada e Estado brasileiro.

Nesse processo, Munarim (2008, 2011) demonstra que as políticas públicas de Educação do Campo resultam da pressão organizada dos movimentos sociais e sindicais do campo. Segundo o autor, tais políticas representam conquistas históricas da sociedade civil organizada e expressam a incorporação, pelo Estado, de demandas

formuladas coletivamente pelos povos do campo. Dessa forma, a Educação do Campo deixa de constituir apenas uma reivindicação social e passa a integrar o conjunto das políticas públicas educacionais brasileiras.

Molina (2015, 2017) reforça essa compreensão ao afirmar que a Educação do Campo constitui uma política pública diferenciada, construída em permanente diálogo com os sujeitos do campo, cuja principal característica, para a autora, reside na articulação entre direito à educação, valorização dos territórios, diversidade sociocultural, produção da vida e desenvolvimento sustentável. Assim, as políticas educacionais do campo devem reconhecer as especificidades territoriais, culturais, sociais e promover condições efetivas de permanência e sucesso escolar das populações camponesas.

A dimensão territorial da Educação do Campo é aprofundada por Fernandes (2008; 2013), ao compreender o território como espaço de produção da vida, das identidades, da cultura e das relações sociais. Ele demonstra que os conflitos agrários não se restringem à posse da terra, mas envolvem projetos distintos de desenvolvimento e de sociedade. Assim, a Educação do Campo integra a disputa pelos territórios, contribuindo para fortalecer processos de autonomia, soberania alimentar, cooperação e reprodução social dos povos do campo.

Os debates contemporâneos também incorporam os princípios da Agroecologia como dimensão constitutiva da Educação do Campo. Conforme discutido no Dicionário de Agroecologia e Educação (2021), a Agroecologia ultrapassa uma perspectiva estritamente produtiva, constituindo um paradigma científico, político, ético e

pedagógico comprometido com a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a soberania alimentar e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Essa perspectiva amplia as possibilidades formativas da Educação do Campo ao integrar ciência, trabalho, cultura e preservação da natureza.

Mais recentemente, Moraes (2025) destaca que a consolidação da Educação Infantil do Campo depende da articulação entre políticas públicas, formação continuada de professores, planejamento territorial e participação efetiva das comunidades camponesas. E evidencia que garantir o direito das crianças do campo à educação exige reconhecer as especificidades territoriais, culturais e sociais presentes nas diferentes ruralidades brasileiras, fortalecendo a atuação conjunta entre universidades, sistemas públicos de ensino, movimentos sociais e comunidades locais.

Desse modo, compreende-se que a Educação do Campo constitui uma política pública construída historicamente pelas organizações populares do campo e consolidada mediante intensas disputas sociais e institucionais. Seu fundamento ultrapassa a oferta de escolarização às populações rurais, afirmando um projeto educativo comprometido com a justiça social, a democratização do conhecimento, a valorização dos territórios, o fortalecimento da agricultura familiar, a diversidade cultural e a formação humana integral. Nesse sentido, a Educação do Campo permanece como um campo estratégico de produção de conhecimentos, formulação de políticas públicas e construção de um projeto de desenvolvimento social para os povos do campo.

2.1. A Educação do Campo no Território Cantuquiriguaçu Paraná

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo histórico de organização e luta dos movimentos sociais populares do campo no Território Cantuquiriguaçu Paraná, em articulação com as Secretarias Municipais de Educação de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cândói, entre outros municípios. O estudo destaca o papel dos Fóruns de Educação do Campo como espaços coletivos de mobilização, diálogo e construção política, responsáveis por fortalecer as reivindicações dos sujeitos do campo e impulsionar a formulação e a consolidação de políticas públicas voltadas à Educação do Campo e ao desenvolvimento territorial sustentável.

Por meio de quadros ilustrativos, são apresentados os principais marcos históricos desse processo, evidenciando as lutas, os conflitos, as resistências e o intenso trabalho coletivo que culminaram em importantes conquistas para as comunidades camponesas. Os resultados demonstram que o Território Cantuquiriguaçu se consolidou como uma referência nacional na construção e implementação de políticas públicas de Educação do Campo, contribuindo significativamente para o fortalecimento desse movimento em âmbito estadual e nacional.

2.2. Lutas, Conquistas e Desafios – Cantuquiriguaçu e Paraná

Entende-se, neste estudo, como salutar apresentar os registros históricos sobre a constituição da Educação do Campo no Paraná, em que o TC é protagonista. Mais do que narrar acontecimentos, é apresentada uma experiência coletiva de organização política, produção do conhecimento e construção de políticas públicas protagonizadas pelos movimentos sociais, universidades, educadores e instituições públicas a partir do ano de 1998.

A Educação do Campo é resultado de um processo histórico de resistência das populações camponesas frente às desigualdades produzidas pelo modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Ao contrário da antiga educação rural, marcada por uma perspectiva assistencialista, urbanocêntrica e subordinada aos interesses da modernização agrícola, a Educação do Campo nasce das lutas sociais e reivindica uma escola comprometida com os sujeitos do campo, seus modos de vida, culturas, saberes, formas de trabalho e projetos de desenvolvimento.

Em Ghedini (2016), compreende-se o histórico e que a trajetória da Educação do Campo no Paraná acompanha o movimento nacional iniciado na década de 1990, especialmente após a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998. Esse evento consolidou uma nova compreensão sobre o direito à educação, defendendo que as populações do campo não necessitam apenas de acesso à escola, mas de uma educação construída com os sujeitos do campo e a partir de sua realidade social, econômica, cultural e territorial.

Nesse contexto, a criação da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (APEC), ocorrida em (2000), é um dos marcos mais importantes da organização política estadual. A APEC reuniu movimentos sociais, universidades públicas, sindicatos, pastorais, organizações da agricultura familiar, educadores e representantes do poder público em torno da construção de uma agenda permanente de defesa da Educação do Campo. Sua atuação possibilitou a realização de encontros estaduais, seminários, fóruns, conferências e processos formativos que contribuíram para consolidar uma identidade coletiva em torno dessa modalidade educacional.

Destaca-se no Território Cantuquiriguaçu, o protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da ASSESOAR, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), de associações comunitárias, cooperativas, organizações indígenas e quilombolas. Esses sujeitos assumem papel central na formulação das políticas públicas, rompendo com a lógica tradicional em que as decisões educacionais eram elaboradas exclusivamente pelos órgãos governamentais.

Essa concretude aproxima-se diretamente da concepção defendida por Caldart (2012), para quem a Educação do Campo constitui uma prática social construída pelos trabalhadores do campo na luta pela transformação da sociedade. A escola deixa de ser compreendida como simples espaço de transmissão de conteúdos e passa a integrar um projeto político-pedagógico comprometido com a emancipação humana, a justiça social e a democratização do acesso ao conhecimento.

Destaca-se no Paraná, como uma das maiores conquistas desse processo, a elaboração das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná, aprovadas em 2006. Essas diretrizes representam um marco institucional ao reconhecer oficialmente a especificidade das escolas do campo e afirmar princípios como contextualização curricular, valorização da cultura camponesa, gestão democrática, participação comunitária e respeito às identidades territoriais. O documento rompe com a ideia de um currículo homogêneo e reconhece que os conhecimentos escolares devem dialogar permanentemente com a realidade vivida pelos estudantes.

Essa compreensão dialoga com Arroyo, Caldart e Molina (2011), que defendem a necessidade de reconhecer os sujeitos do campo como produtores de cultura, história e conhecimento. Para ele, a escola precisa abandonar práticas que invisibilizam os trabalhadores rurais e construir currículos capazes de fortalecer sua identidade e participação política. Essa concepção orientou grande parte das experiências educativas desenvolvidas no Paraná.

Outro aspecto refere-se à formação de professores, diversas iniciativas de formação inicial e continuada desenvolvidas em parceria com universidades públicas, movimentos sociais e sistemas de ensino. Destacam-se cursos de especialização, projetos de extensão, grupos de pesquisa e, principalmente, as Licenciaturas em Educação do Campo organizadas na perspectiva da alternância pedagógica. A alternância é apresentada como estratégia pedagógica capaz de articular os tempos universidade e comunidade, possibilitando que os futuros educadores relacionem os conhecimentos científicos às práticas sociais vividas nos territórios rurais. Essa proposta fortalece a produção coletiva do conhecimento e aproxima a formação docente das demandas concretas das populações camponesas.

Evidencia-se a importância das universidades públicas na consolidação da Educação do Campo. Instituições como a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e outras passaram a desenvolver pesquisas, programas de extensão e projetos formativos voltados às comunidades rurais, fortalecendo a relação entre universidade e movimentos sociais.

Nesse sentido, observa-se forte aproximação com o pensamento de Paulo Freire. Diversas experiências fundamentam-se na construção coletiva do conhecimento, no diálogo, na valorização dos saberes populares e na participação dos sujeitos como protagonistas do processo educativo. A educação deixa de ser concebida como transmissão de conteúdos e passa a constituir um processo permanente de leitura crítica da realidade.

Outro eixo central da publicação refere-se às políticas públicas implementadas durante o período analisado. São apresentados avanços relacionados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aos programas de formação docente, às políticas de transporte escolar, alimentação escolar e financiamento da educação. Entretanto, os autores alertam que muitas dessas conquistas permanecem vulneráveis às mudanças de governo e às disputas em torno dos projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Entre os principais desafios identificados destacam-se as denúncias e enfrentamentos ao fechamento contínuo de escolas do campo, a nucleação escolar, o deslocamento diário de estudantes para áreas urbanas, a precarização da infraestrutura escolar, a escassez de materiais didáticos específicos, a rotatividade de professores e as dificuldades na implementação efetiva das diretrizes curriculares. O livro evidencia que tais problemas comprometem o direito das populações do campo a uma educação pública de qualidade social.

Outro desafio apontado refere-se à necessidade de fortalecer políticas permanentes de formação de educadores. Embora tenham ocorrido importantes avanços a partir de 1998, a expansão das

Licenciaturas em Educação do Campo e dos programas de formação continuada ainda se mostra insuficiente diante da diversidade existente nos territórios rurais paranaenses.

Fica notória, na pesquisa do TC, uma interface e relação entre Educação do Campo e desenvolvimento territorial. A educação deve contribuir para fortalecer projetos de desenvolvimento sustentados na agricultura familiar, na agroecologia, na soberania alimentar, na economia solidária e na preservação ambiental. Essa perspectiva rompe com modelos de desenvolvimento baseados exclusivamente na expansão do agronegócio e reafirma o papel estratégico da escola na construção de territórios mais justos e sustentáveis.

Ao registrar mobilizações sociais, encontros estaduais, conferências, pesquisas e formulação de políticas públicas, a pesquisa serve como preservação da memória coletiva da Educação do Campo. Os registros documentam não apenas conquistas institucionais, mas também os processos de organização popular que permitiram sua consolidação.

Do ponto de vista acadêmico, a Educação do Campo constitui hoje um campo consolidado de produção científica, articulando ensino, pesquisa, extensão e participação social. Sua contribuição ultrapassa o contexto paranaense, oferecendo importantes referências para pesquisadores e gestores interessados na construção de políticas educacionais comprometidas com os direitos das populações do campo.

Em síntese, a consolidação da Educação do Campo no Paraná passa pelo protagonismo da educação do campo no TC, em que decorreu da articulação entre movimentos sociais, universidades públicas e

poder público, resultando na construção de políticas educacionais inovadoras e socialmente referenciadas. Ao mesmo tempo, demonstra que as conquistas alcançadas permanecem em permanente disputa, exigindo mobilização social contínua para garantir o direito à educação dos povos do campo. Nesta pesquisa, trata-se de compreender a trajetória histórica da Educação do Campo no Brasil e, especialmente, a experiência no TC e no Paraná, marcada pelo protagonismo dos sujeitos coletivos e pela defesa de uma educação pública comprometida com a transformação social.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental e fundamentou-se na análise de documentos históricos relacionados às experiências de Educação do Campo desenvolvidas no Território Cantuquiriguaçu, tais como certificados, atas, sistematizações de eventos, registros institucionais, documentos políticos e materiais produzidos pelos Fóruns de Educação do Campo.

Também foram utilizados referenciais teóricos relacionados à Educação do Campo, aos movimentos sociais populares e às políticas públicas educacionais, buscando compreender o processo histórico de construção das experiências educativas desenvolvidas no território.

A análise dos dados ocorreu por meio da organização cronológica dos principais marcos históricos relacionados à Educação do Campo no Cantuquiriguaçu, evidenciando os processos de luta, resistência, organização coletiva e conquista de políticas públicas.

Este estudo caracteriza-se como de natureza qualitativa, fundamentado em procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A investigação bibliográfica possibilitou a compreensão dos referenciais teóricos que sustentam a Educação do Campo, enquanto a pesquisa documental consistiu na análise de fontes primárias produzidas ao longo do processo histórico de organização da Educação do Campo no Território Cantuquiriguaçu, Paraná.

Entre os documentos analisados destacam-se certificados de participação, relatórios, sistematizações de eventos, atas, registros fotográficos, materiais de formação, projetos, documentos institucionais e demais registros produzidos pelos Fóruns de Educação do Campo e pelas Secretarias Municipais de Educação dos municípios envolvidos. Esses documentos permitiram reconstituir o percurso histórico das ações desenvolvidas no território, bem como identificar os principais marcos políticos, pedagógicos e organizativos que contribuíram para a consolidação da Educação do Campo como política pública.

Como estratégia de organização e análise dos dados, elaboraram-se quadros sintéticos e uma linha do tempo, evidenciando os acontecimentos, eventos, programas, mobilizações e conquistas construídos coletivamente pelos movimentos sociais, instituições de ensino e poder público ao longo desse processo histórico.

A análise dos dados foi orientada pela concepção de Educação do Campo formulada por Caldart (2012), que a compreende como um movimento histórico protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e por suas organizações sociais. Nessa perspectiva, a educação constitui-se como um projeto político-pedagógico articulado às dimensões do trabalho, da cultura, da

produção do conhecimento, da identidade dos povos do campo e da luta pela transformação das condições sociais, econômicas e culturais.

Do ponto de vista teórico, dialoga-se também com a concepção de educação apresentada por Ponce (2015), para quem a educação deve ser compreendida como um fenômeno social historicamente determinado pelas relações de produção e pelas disputas entre as classes sociais. Nessa abordagem, a educação não pode ser analisada de forma isolada, mas em estreita relação com os processos de produção da vida material, da apropriação da riqueza social, das desigualdades econômicas, das relações de poder e das manifestações culturais que caracterizam cada sociedade. O autor evidencia, ainda, que, ao longo da história, o acesso ao conhecimento foi marcado por profundas desigualdades, sendo tradicionalmente apropriado pelas classes dominantes e restringido às classes trabalhadoras.

À luz do materialismo histórico-dialético, nesta investigação busca-se compreender a trajetória da Educação do Campo articulando as categorias da totalidade, historicidade e contradição, estabelecendo relações entre as experiências singulares vivenciadas no Território Cantuquiriguaçu e as determinações mais amplas da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a Educação do Campo é entendida como parte da luta histórica da classe trabalhadora pela universalização do direito à educação, pela valorização dos sujeitos do campo e pela construção de um projeto de sociedade socialmente justo, democrático e emancipador.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa demonstram que o Território Cantuquiriguaçu se consolidou como um dos principais polos de articulação da Educação do Campo no estado do Paraná e no Brasil. As experiências construídas no território evidenciam a capacidade organizativa dos movimentos sociais e das instituições locais na formulação de políticas educacionais voltadas aos sujeitos do campo.

Entre os principais marcos históricos identificados destaca-se a realização da II Conferência Estadual “Por uma Educação do Campo”, realizada em Porto Barreiro no ano 2000, evento que resultou na elaboração da Carta de Porto Barreiro, documento orientador das políticas educacionais voltadas ao campo no estado do Paraná.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento político de gestões municipais populares a partir das eleições de 2004, possibilitando maior articulação entre secretarias municipais de educação, movimentos sociais e organizações populares. Tal conjuntura contribuiu significativamente para a implementação de políticas públicas voltadas à Educação do Campo.

No período entre 2005 e 2013, o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) exerceu papel central na articulação das políticas territoriais, promovendo o diálogo entre movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e poder público.

Destaca-se ainda a implementação do Projeto Saberes da Terra, desenvolvido entre 2006 e 2008, considerado experiência pioneira de Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação do

Campo. O projeto atendeu mais de 400 jovens e adultos camponeses em 11 municípios do território, articulando formação escolar, qualificação profissional e organização comunitária.

Outro marco relevante foi a luta pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), resultado da mobilização dos movimentos sociais populares e das administrações municipais comprometidas com a democratização do acesso ao ensino superior público na região.

No campo da formação docente, destacam-se a Especialização em Educação do Campo ofertada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, construídos a partir das demandas apresentadas pelos movimentos sociais e pelas secretarias municipais de educação.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior que tem o perfil específico de ser pública, popular e de qualidade. Criada pela Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009, a UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) distingue-se por estar atrelada às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, onde está instalada, e dentro de um assentamento da reforma agrária, configurando-se como Universidade de perfil popular que dialoga com a realidade:

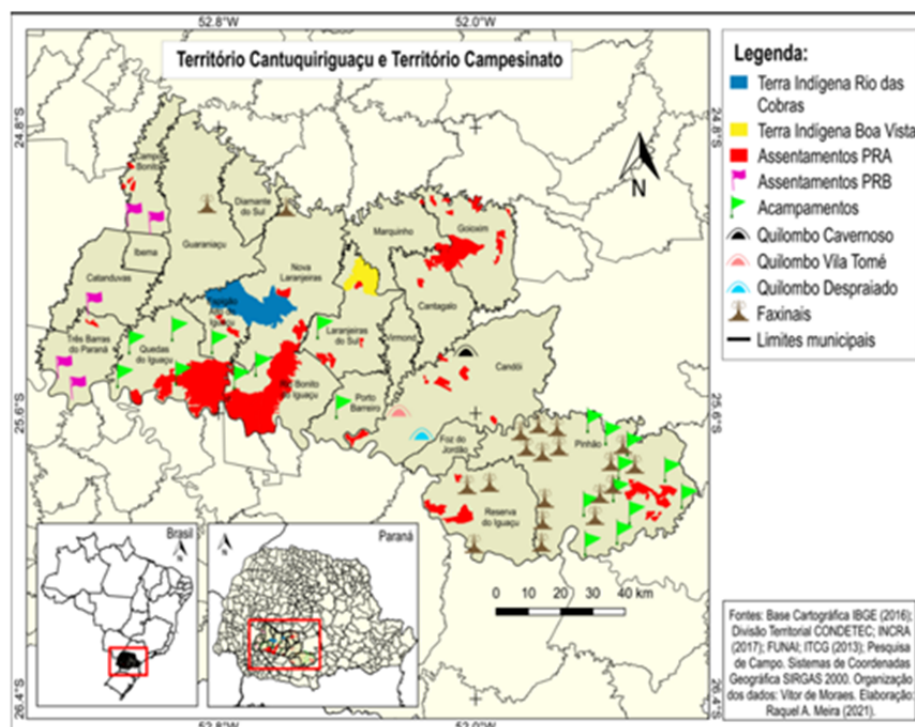
Pública e popular; - de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil; - democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; - que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; - que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento; - que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente. (Fonte: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil, s/p, 2026).

A UFFS-Campus de Laranjeiras do Sul, Paraná, abrange o Território Cantuquiriguaçu (TC), envolvendo

20 municípios do Médio Centro-Oeste do Paraná, localizados nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. Esta região apresenta o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, justificando a necessidade de educação pública, gratuita e de qualidade na região. Sendo uma universidade pública, popular e democrática, voltada para as necessidades da mesorregião em que atua, os cursos da UFFS estão integrados numa perspectiva do desenvolvimento sustentável da região. Os servidores da Universidade desenvolvem, além do ensino, projetos de pesquisa e extensão nas mais variadas áreas do conhecimento, a fim de atender a comunidade regional e despertar potencialidades, visando ao desenvolvimento por meio da ciência aplicada. (Fonte: https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/apresenta_cao, s/p, 2026).

Pode-se observar o território bem como sua diversidade social e cultural no mapa da Figura a seguir.

Figura - Mapa do Território Cantuquiriguaçu e a diversidade do campesinato.



Fonte: o Autor (2021).

É nesse sentido concreto de lutas e resistências no Território Cantuquiriguaçu (TC) que se propôs a esse fazer extensionista fundamentado na concepção do que Melo Neto (2014) denominou de Extensão Popular.

Além disso, os Fóruns de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu constituíram importantes espaços de debate, formação política e articulação coletiva. Entre 2005 e 2017 foram realizados nove fóruns territoriais, culminando na realização do I Congresso Internacional de Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em 2017, consolidando o território como referência nacional na área.

Essas experiências evidenciam que a Educação do Campo no Território Cantuquiriguaçu não se limitou à implementação de projetos educacionais isolados, mas constituiu-se como um amplo movimento político-pedagógico voltado à construção de uma educação emancipadora, vinculada às demandas históricas da classe trabalhadora do campo.

Em síntese, no Quadro 1 mencionamos os marcos históricos de lutas desenvolvidas e construídas no território Cantuquiriguaçu para a inserção desta perspectiva educacional da Educação do Campo.

Quadro 1. Fóruns de Educação do Campo do território Cantuquiriguaçu.

Ano	Evento/local/foco	Síntese
2000	II Conferência Estadual “Por uma Educação do Campo”, Porto Barreiro- Pr.	Construção da Carta de Porto Barreiro (ações, políticas de curto, médio e longo prazo para a Educação do Campo no Estado do Paraná).
2004	Eleições 2004.	Pelo processo eleitoral nos municípios de Porto Barreiro, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, chegam ao poder de alguns representantes políticos de concepção popular. Nos municípios de Cândói e Laranjeiras do Sul algumas lideranças assumem as Secretarias Municipais de Educação, completando, portanto, um coletivo disposto a discutir e implementar políticas sobre a Perspectiva da Educação do Campo.
2005-2006	Constituinte Escolar: Rio Bonito do Iguaçu- Pr também realizou inúmeros seminários, fóruns de Educação da reforma agrária.	Durante o ano de 2005 e 2006 em Rio Bonito do Iguaçu aconteceu um processo de discussão com a comunidade originando o projeto de Constituinte Escolar que tinha como objetivo implementar uma política de discussão e construção da Educação do Campo no Município.
2005a 2008	Conselho de desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu	Hegemonia popular por meio da maioria das cadeiras ocupadas pelas Prefeituras populares de Porto Barreiro, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu

	– CONDETEC. Marco para o desenvolvimento do território de 2005 a 2013.	e secretarias de Educação em Laranjeiras do Sul e Cândói. Articulação com entidades, sindicatos, ONGs populares e Movimentos Sociais como MST, MPA.
2006-2007e 2008	Projeto Saberes da Terra. Projeto único no Brasil em que os estudantes podiam definir local e horários das aulas.	Projeto Federal de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido como piloto com currículo construído por meio da concepção de Educação do Campo. Atendeu mais de 400 jovens e adultos, 13 turmas, 11 municípios do Território Cantuquiriguaçu. Objetivo: escolarizar e qualificar, profissionalmente e socialmente, Jovens e Adultos Camponeses. Organização curricular com tempo universidade, tempo comunidade, projeto de vida, currículo diferenciado na perspectiva da educação do Campo.
2007-2008	Especialização em Educação do Campo ofertada pela UFPR.	O Curso de Especialização em Educação do Campo ofertado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), nascidas das demandas dos Movimentos Sociais do Campo e um grupo de Gestores Municipais de Educação do Território Cantuquiriguaçu, especialmente das Secretarias de Educação de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e de Cândói.
2008	I Encontro da Articulação Centro-Oeste do Paraná: Por Uma Educação do Campo” Porto Barreiro-Pr.	Reuniram-se em Porto Barreiro, mais de 300 pessoas, educadores e educadoras do campo, educandos e educandas, lideranças dos movimentos sociais camponeses e representantes dos governos democráticos populares municipais.
2006-2009	Movimento Pró Universidade Popular no	Culmina com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS LS). Discussão do MST e com apoio das prefeituras de

	Território da Cantuquiriguaçu.	Rio bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Nova Laranjeiras, Candói, Laranjeiras do Sul e CONDETEC.
2009a 2012	PlanoSafrá-CONDETEC. Plano de Desenvolvimento do campo.	Construído pelo CONDETEC em diálogo com os sujeitos do campo. Demandas da agricultura camponesa e Familiar do Território Cantuquiriguaçu.
2009-2012	Curso de licenciatura em Educação do Campo.	Projeto apresentado pela UNICENTRO/G ao MEC. Demanda apresentada pelos municípios de Porto Barreiro, Candói e Rio Bonito do Iguaçu e Movimentos populares do Campo: MST, MPA, MAB e MMC.
2001-2012	Experiência pioneira de Educação do Campo no Município de Porto Barreiro-Pr.	Vários Projetos nas Schools Municipais de Porto Barreiro que contemplam essa discussão, tais como: O projeto de Desenvolvimento Municipal, Urbano e Camponês, produção de materiais, formação continuada, dentre outros.
2010	VI Simpósio Estadual de educação do Campo em Faxinal do Céu – Pinhão-Pr.	Evento com mais de 600 pessoas em que foram analisados os 10 anos da Carta de Porto Barreiro, avaliando, analisando, apontando avanços e desafios.
2013	Encontro Estadual da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo, em Candói-Pr.	Evento estadual de educação com mais de mil pessoas em que se analisou a educação do campo no Paraná e sinalizou novos desafios.
2003-2017	Projeto político e pedagógico do Colégio do Campo Iraci Salete Strozak.	Escola base das escolas itinerantes do MST no Paraná, desenvolve a experiência inovadora de uma Proposta pedagógica de Educação do Campo, por meio dos ciclos de

		formação Humana e Complexos temáticos.
--	--	--

FONTES: Moraes (2017) e Autor (2026).

No Quadro 2, destacam-se os Fóruns da Educação do Campo que culminam em 2017 com a realização do I Congresso Internacional de Educação da UFFS/LS - Território Cantuquiriguaçu/II Simpósio de Educação do Território Cantuquiriguaçu e do IX Fórum de Educação do Campo da Cantuquiriguaçu em conjunto com o III Seminário de Fortalecimento das Políticas Públicas da Educação do Campo. E, em 2024, a realização do II Congresso Internacional de Educação da UFFS/LS, além das conquistas dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo na UFFS.

Quadro 2. Fóruns de Educação do Campo do território Cantuquiriguaçu.

Fórum	Evento	Município	Ano
I Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	Quedas do Iguaçu	2005
II Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	II Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	Cantagalo	2006
III Fórum de Educação do Campo do	II Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu.	Porto Barreiro	2007

Território Cantuquiriguaçu			
IV Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	IV Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu.	Candói	2008
V fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	V Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu.	Laranjeiras do Sul	2010
VI Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	VI Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu.	Laranjeiras do Sul	2012
VII Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	VII Fórum de Educação do Campo da Cantuquiriguaçu. I seminário de Fortalecimento das Políticas Públicas da Educação do Campo.	Laranjeiras do Sul	2015
VIII Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	I Simpósio de Educação do Território Cantuquiriguaçu. VIII Fórum de Educação do Campo da Cantuquiriguaçu. II Seminário de Fortalecimento das Políticas Públicas da Educação do Campo.	Laranjeiras do Sul	2016

IX Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	I Congresso Internacional de Educação da UFFS/LS – Território Cantuquiriguaçu/ II Simpósio de Educação do Território Cantuquiriguaçu. IX Fórum de Educação do Campo da Cantuquiriguaçu. III Seminário de Fortalecimento das Políticas Públicas da Educação do Campo.	Laranjeiras do Sul	2017
II Congresso Internacional de Educação da UFFS/LS – Território Cantuquiriguaçu II	Realização do II Congresso - Aprofundar o debate acerca da educação popular e da educação do campo. (https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/cantu/about . 2026).	Laranjeiras do Sul	2024
X Fórum de Educação do Campo do Território Cantuquiriguaçu	Realizado juntamente com as Secretarias municipais de Educação dos Municípios do Território Cantuquiriguaçu.	Laranjeiras do Sul	2025

FONTES: Moraes (2017) e Autor (2026).

Isso mostra o protagonismo e potencial impulsionador da Educação do Campo no Território. O fórum de 2016 foi relatado por Lima e Santos (2017). Essa organicidade só foi possível por meio da luta dos Movimentos Sociais Populares do Campo, da conquista e implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul e da oportunidade de um quadro de docentes e a comunidade regional que, juntos, conquistaram por meio do ensino, pesquisa e extensão a

continuidade dos Fóruns e os transformaram em evento científico internacional.

A pesquisa apresentou o conjunto de momentos históricos de lutas evidenciadas no território Cantuquiriguaçu. E possibilitará que surjam outros trabalhos que incluam atividades desenvolvidas que não foram apresentadas aqui, bem como ser um instrumento teórico que explicita as lutas para que a Educação do Campo seja efetivada. Muitas das experiências desenvolvidas foram também realizadas em outras regiões, estados e em nível nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu compreender o protagonismo do Movimento de Educação do Campo no Território Cantuquiriguaçu, na construção e consolidação das políticas públicas de Educação do Campo. Evidenciou-se que as experiências desenvolvidas no território resultaram de intensos processos de organização coletiva protagonizados pelos movimentos sociais populares do campo, pelas instituições educacionais e pelas gestões públicas comprometidas com a democratização da educação.

Os Fóruns de Educação do Campo, os projetos de formação, a luta pela universidade pública e as articulações territoriais demonstram que o território constituiu importante espaço de resistência e formulação de políticas educacionais voltadas à população camponesa.

Conclui-se que as experiências concretizadas no Território Cantuquiriguaçu contribuíram significativamente para o fortalecimento da Educação do Campo no Paraná e, por que não, no Brasil, enquanto projeto político-pedagógico de direito e

emancipador, reafirmando a importância da organização popular na conquista e efetivação de direitos sociais historicamente negados aos povos do campo.

A análise dos marcos históricos evidencia que o Território Cantuquiriguaçu assumiu protagonismo na construção da Educação do Campo no Paraná e no Brasil, consolidando-se como um espaço estratégico de articulação entre movimentos sociais, universidades, gestores públicos e comunidades camponesas.

As experiências desenvolvidas demonstram que a implementação das políticas públicas não ocorreu de forma espontânea, mas resultou de um intenso processo de organização coletiva, mobilização política e participação social. Os Fóruns de Educação do Campo constituíram-se como importantes espaços de formação, debate e deliberação, fortalecendo a identidade dos sujeitos do campo e impulsionando a elaboração de propostas educacionais vinculadas às demandas da classe trabalhadora.

A realização dos fóruns territoriais, a elaboração da Carta de Porto Barreiro, a implantação do Projeto Saberes da Terra, a criação da Licenciatura e da Especialização em Educação do Campo, bem como a mobilização pela implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, evidenciam a capacidade do território de transformar reivindicações sociais em políticas públicas concretas. Dessa forma, o Cantuquiriguaçu consolidou-se como uma referência nacional na formulação de experiências político-pedagógicas emancipatórias, demonstrando que a Educação do Campo é resultado da organização histórica dos trabalhadores do campo e da construção coletiva de um projeto de desenvolvimento territorial comprometido

com a justiça social, a democratização da educação e a valorização dos povos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). *In*: DIAS, A. P. *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: Expressão Popular; EPSJV/FIOCRUZ, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territórios paradigmáticos da questão agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHEDINI *et al.* **Educação do Campo no Estado do Paraná**: Um registro das lutas, conquistas e desafios (1998-2012). Cascavel, PR: Edunioeste, 2016.

LIMA, Daiana F; SANTOS, Rodrigo dos. **Discussões sobre Educação do Campo**: a experiência de um evento de Educação do Campo na

Cantuquiriguaçu. *In*: SEMANA DE PEDAGOGIA, 16, 2017, Guarapuava. *Anais [...]* Guarapuava: Unicentro, 2017.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Educação do Campo**. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e políticas públicas**. Brasília: MDA, 2015.

MORAES, Vitor. **Reflexões acerca das políticas de educação infantil do e no Campo no Território Cantuquiriguaçu-Pr: diálogos necessários**. ISBN 978-65-6063-114-4. DOI 10.47247/CMD/6063.114.4. *In*: Congresso Internacional Movimentos Docentes, 5. ed., 2025, Diadema, UNIFESP. Anais do CMD 2025, Volume I. Santo André: V&V Editora, 2025.

Volume Único. p. 484- 489. Disponível em: <https://www.vveditora.com/eventos/978-65-6063-114-4>. Acesso em: jun. 2026.

MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo e políticas públicas: desafios e perspectivas**. *In*:

_____. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MUNARIM, Antonio (Org.). **Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011.

MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo: políticas públicas, movimentos sociais e formação humana**. Florianópolis: diversas publicações, 2008.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo, políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Curitiba: UFPR, 2012.

UFFS. **Congresso Internacional de Educação da UFFS do Campus Laranjeiras do Sul/PR, Território Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/CANTU/about>. Acesso em: jun. 2026.

UFFS. Universidade Federal Da Fronteira Sul. Site. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/apresentacao>. Acesso em: jun. 2026.

¹ Pós-doutor em Educação. Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Mestre em Geografia. Mestre em Educação. Licenciado em Matemática, Ciências e Letras. Docente do Magistério Superior na Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS – Campus Laranjeiras do Sul PR. Membro dos Grupos de Pesquisa: GECCA e Nupecamp.

E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

